

ATA DA CENTÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 30-10-2024.

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Everton Gimenes, Fran Rodrigues, Giovani Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Biga Pereira, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 298/24 (Processo nº 0587/24), de autoria de Mônica Leal; o Projeto de Lei do Legislativo nº 343/24 (Processo nº 0669/24), de autoria de Roberto Robaina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 346/24 (Processo nº 0673/24), de autoria de Biga Pereira; o Projeto de Lei do Legislativo nº 351/24 (Processo nº 0683/24), de autoria de Fernanda Barth; o Projeto de Lei do Legislativo nº 352/24 (Processo nº 0685/24), de autoria de Gilson Padeiro; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 354/24 (Processo nº 0688/24), de autoria de Cláudia Araújo. Por solicitação de Cassiá Carpes, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a José Aldair. Foi informado que a suplente Fran Rodrigues foi empossada na vereança no dia vinte e nove de outubro do corrente ano, às oito horas e cinquenta e oito minutos, em cerimônia realizada no Gabinete da Presidência, passando a integrar a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB, em substituição a Karen Santos, que se encontra em Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte e oito de outubro ao dia quatro de novembro do corrente ano. Foi apregoada a Representação Externa de Psicóloga Tanise Sabino, no dia vinte e nove de outubro do corrente ano, com o objetivo de participar do evento Smart Cities Park, promovido pela Associação dos Municípios de Turismo da Serra – AMSERRA, no Centro de Eventos em Nova Petrópolis – RS (Processo SEI nº 215.00078/2024-67). Foi apregoado Requerimento firmado por Fernanda Barth, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia trinta de outubro do corrente ano. Foi apregoado Requerimento da autoria de José Freitas, solicitando Licença-Luto no dia dezesseis de outubro do corrente ano. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, presidindo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente aos períodos de Pauta Especial e de Pauta. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve em 2ª sessão o Projeto de Lei do Executivo nº 035/24, discutido por Pedro Ruas, Jonas Reis, Claudio Janta e Comandante Nádia. Na oportunidade, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER,

pronunciaram-se Biga Pereira, Tiago Albrecht e Lourdes Sprenger. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram em 1ª sessão: o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 005/24; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 031/24; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 342, 348 e 353/24; e o Projeto de Resolução nº 075/24. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Jonas Reis, Claudio Janta e Pablo Melo. Às quinze horas e quarenta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 440/22 (Processo 0903/22). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 032/24 (Processo nº 0679/24), após ser discutido por Cláudia Araújo. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/24 (Processo nº 0283/24). Cláudia Araújo e Tiago Albrecht solicitaram a suspensão dos trabalhos, para a apresentação de Emenda ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/24. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quarenta e seis minutos às quinze horas e quarenta e sete minutos. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Tiago Albrecht e Ramiro Rosário, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/24. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/24. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/24, após ser discutido por Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 056/23 (Processo nº 0115/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Tiago Albrecht, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 056/23. Foi deferido Requerimento verbal formulado por Alvoní Medina, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 02 e 03 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 056/23. Foi declarada prejudicada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 056/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 056/23, após ser encaminhado à votação por José Freitas. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 380/21 (Processo nº 0892/21). Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 380/21, por dez votos SIM, nove votos NÃO e duas ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Prof. Alex Fraga, tendo votado Sim Airto Ferronato, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, votado Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Biga Pereira, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Fran Rodrigues, José Freitas e Prof. Alex Fraga e optado pela Abstenção Cláudio Conceição e Idenir Cecchim. Às dezesseis horas e dezenove minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo durante a votação da Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 380/21, declarada nula, o Presidente

declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mauro Pinheiro e Gilson Padeiro. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde.

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA) (Requerimento): Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. José Aldair, da Rádio Gaúcha, um dos grandes locutores de rádio, que foi inclusive homenageado nesta Casa como Cidadão de Porto Alegre, em 2004, quando eu me elegi pela primeira vez.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): José Aldair, grande voz do nosso rádio, com certeza, merece todo reconhecimento da cidade de Porto Alegre. Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Faço o registro da presença ex-vereadora e deputada estadual Laura Sito na nossa Câmara. Seja bem-vinda sempre, deputada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

Informo que a suplente Fran Rodrigues foi empossada na vereança no dia 29 de outubro de 2024, às 08h58min, em cerimônia realizada no Gabinete da Presidência, passando a integrar a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB, em substituição à Ver.^a Karen Santos, que se encontra em Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia 28 de outubro ao dia 4 de novembro de 2024.

Apregoo a representação externa da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, que representou esta Casa no evento Smart Cities Park, em Nova Petrópolis, no dia 29 de outubro de 2024.

Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia de hoje, 30 de outubro de 2024.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando Licença-Luto, nos termos do art. 218, inc. II, do Regimento, no dia 16 de outubro de 2024.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o Requerimento desta presidência solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos imediatamente passar aos períodos de Pauta Especial e Pauta. Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL – DISCUSSÃO PRELIMINAR
(05 oradores/10 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0686/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 035/24, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2025. **(SEI 118.00636/2024-19)**

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, vereadoras e vereadores, nós temos a Pauta Especial do orçamento, essa pauta, que é de dez minutos, eu usarei menos, bem menos, meu caro diretor Luiz Afonso, vereadoras e vereadores, público nos assiste, e, particularmente a direção do Simpa, que eu cumprimento nas pessoas da Cindi e da Cuca. O que houve com o João Ezequiel? E o Assis também. Está lá o Assis, presente, Charão, presente. Está bom, mas o importante, presidente, é que nós tenhamos a consciência do que está ocorrendo aqui. Em várias situações, várias vereadoras e vereadores, minha querida Fran Rodrigues, vereadora Fran Rodrigues, será ainda titular aqui e Fran Rodrigues, com certeza, vários vereadores e vereadoras têm se manifestado sobre temas diversos e importantíssimos numa lei orçamentária, e vitais até para a cidade. Eu mesmo tenho usado alguns espaços de liderança, principalmente, para falar sobre esses temas. Agora, no tema particular, especial e específico da Pauta Especial, nós temos que ter a consciência de que não há previsão de reposição salarial adequada para os municipais e para as municipais. Esse percentual que eu gosto de mostrar aqui da tribuna, que é de 29,55% (Mostra cartaz.) é um percentual calculado corretamente em cima das perdas salariais. E são as municipais e os municipais, ou seja, usando genericamente o termo municipais, servidores do Município, que fazem o Município andar enquanto máquina burocrática, enquanto máquina estatal, enquanto prestação de serviço. São as servidoras e os servidores que fazem esse trabalho e que nos dão esse orgulho, quando fazem exatamente essa atividade – lá na ponta, na saúde; lá na ponta, salvando pessoas das enchentes; lá na ponta, na própria segurança. As pessoas ficam agradecidas, nós ficamos, mas não percebem, ou eventualmente a maioria não percebe, ou eventualmente o Paço Municipal não percebe que são pessoas, mulheres e homens, que têm famílias, que têm dependentes, que prestam um serviço relevante, de extrema

importância e que, portanto, precisam ser respeitados e que vivem daquilo. É a sua profissão, é a sua única fonte de sustento e precisam ser, repito, respeitados, e esse respeito não se traduz por tapinha nas costas, não se traduz por discursos na posse aos municipais, traduz-se por um respeito salarial remuneratório. Eu sou advogado trabalhista desde os 21 anos e tenho 68 e eu conheço essa situação das trabalhadoras e dos trabalhadores. É bom ser reconhecido, sim, é bom um elogio, mas o salário é fundamental. Ninguém consegue ir com um tapinha nas costas no supermercado e fazer compras, muito menos, pagar o aluguel. Então, é necessário que tenhamos consciência de que isso está faltando. Isso está faltando, sim! E o Executivo municipal, na pessoa do prefeito, Ver. Oliboni, não se dá sequer ao trabalho – sequer ao trabalho! – de prever, porque, depois, se ele quiser, ele não pode. Ele poderia prever e negociar. Não, ele corta a possibilidade da previsão para não precisar negociar depois – isso é uma barbaridade! O tal radical do diálogo, como ele se apresentava, não é, não quer diálogo algum exatamente com quem leva o trabalho do Município adiante, servindo muito bem a população. Então fica aqui esse alerta – esse alerta! Nós estaremos atentos e estamos denunciando que o prefeito municipal não quer diálogo em função exatamente de não respeitar essas perdas inflacionárias. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, muitas vezes as pessoas não sabem por que não tem dinheiro para determinadas políticas públicas. E a gente responde ao cidadão, à cidadã: porque as prefeituras, os governos, os prefeitos de direita não acolhem as demandas do povo, eles têm um compromisso com os poderosos. Por isso que a gente vê em Porto Alegre o orçamento da Secretaria de Esporte e Juventude ser reduzido mais uma vez, o percentual é vergonhoso! Eles conseguiram reduzir. Agora vai ser 0,24%, isso é um escândalo. Nos tempos do PT, nós tínhamos mais de 100 funcionários concursados atuando nas praças, nos parques, com a juventude, com a terceira idade, garantindo o direito ao esporte. Hoje, nós temos apenas 40 funcionários, é inexplicável! Em 20 anos, o número de RH foi reduzido. O número, portanto, de ações, de atividades esportivas foi reduzido. Por isso que a secretária de esporte, que concorreu à vereadora, não se elegeu, porque não tem política pública na cidade. Nós precisamos de orçamento para a idade madura. A cidade está envelhecendo, o Rio Grande do Sul está envelhecendo, isso é positivo, isso é bom, mas nós temos que olhar para essas pessoas. Caminhei em muitos lugares durante a eleição e as pessoas falavam: “Vereador, eu tenho que fazer fisioterapia, eu tenho que fazer musculação porque o médico mandou, eu tenho que fazer exercício, prática esportiva, mas nós não temos praça no nosso bairro”. É o caso ali do bairro Aparício Borges, ali em cima não tem praça para os moradores e não tem nenhum aparelho de prática de esporte. E as pessoas precisam cuidar da sua saúde, porque esporte não é só lazer; é saúde, é prevenção para que lá no SUS a gente não precise comprar mais

remédios, pagar mais tratamentos, comprar mais leitos na rede privada com dinheiro público – que é o que estão fazendo hoje. A gente tem que trabalhar com prevenção. Então eu faço um apelo aqui ao governo municipal: temos que dobrar pelo menos o orçamento da Secretaria de Esporte e Juventude, colocar mais professores, mais equipamentos nos bairros que cresceram. No Lami não tem equipamento; Belém Novo não tem o equipamento; no Sarandi precisa voltar a funcionar o seu equipamento, como foi no passado.

Então, eu estou muito preocupado, mas não é só isso. A cultura, mais uma vez, com baixo orçamento. Mais uma vez a cultura não é priorizada. A cultura desenvolve a sociedade. Já tem pesquisas que mostram que a cada R\$ 1 investido em cultura, ele gera renda de R\$ 1,50 na cidade. Quer dizer, tu investes 100% e tu vais ter uma vantagem social de 150%. Então a gente tem que ampliar o orçamento para cultura porque vai gerar mais renda, vai distribuir mais, vai fomentar o turismo, vai fomentar as pessoas... Mas a gente precisa fazer o dever de casa. E agora, antes de terminar a eleição, a secretária de cultura mentiu publicamente, ela disse que o paço já era um museu. Mentira deslavada, porque o paço não foi transformado em museu por lei, não tem nenhuma lei que estabelece o paço como museu. Largou essa mentira deslavada. Não é ainda o equipamento garantia de lei. Está aqui a conselheira, do Conselho Municipal de Cultura, presidenta Rosane Dal Sasso, e nós vimos, Rosane, essa vergonha da Secretária de Cultura mentir que tinham feito um museu a mais, se nem garantiram em lei. É um deboche! A maior *fake news* que eu já tinha visto na área da cultura foi essa. É um absurdo! Espero que agora o prefeito escolha alguém que pelo menos fale a verdade, pelo menos fale a verdade, e defenda a cultura.

Mas eu queria dizer aqui também que essa lei orçamentária está totalmente equivocada. Mais uma vez nós temos mais dinheiro pros contratos privados, pra reposição dos contratos privados, que já ganharam em média 10%; não teve uma empresa que não ganhou 10%. Anual, durante os quatro anos do governo Melo. Mas para os servidores públicos é isto aqui: os servidores públicos receberam um calote de impressionante cerca de 30%. Quem são os servidores públicos? Ora, bolas, são as professoras, são as monitoras que acolhem as crianças todos os dias nas escolas; crianças essas que agora estão sem merenda. porque o governo municipal não pagou o gás. Mas quem são os servidores públicos? São aqueles que, quando estoura o encanamento, vão lá e ajeitam o encanamento. E de vez em quando vai lá um vereador e diz que foi ele que fez. Mas eu não vi nenhum vereador desta Casa botar um jaleco, pegar uma picareta, uma pá, abrir um buraco e consertar o encanamento. Aí tinha vereador, assessor de vereador que aparecia lá e dizia: “ó o vereador que fez aquilo, ele ajeitou o encanamento. Mas eu quero a foto do vereador. Se tiver a foto do vereador abrindo o buraco, ajeitando o encanamento, eu vou dar um prêmio, eu vou dar o Título de Cidadão. O vereador que me mostrar a foto abrindo o encanamento, metendo a picareta, a pá, fazendo o que fazem os operários do DMAE, que estão com 30% de arrojo salarial, embarrado no meio do esgoto, consertando o esgoto, vai ganhar de mim o Título de Cidadão de Porto Alegre, vai ser Cidadão de Porto Alegre. Porque não é possível ver os caras “surfando”. O DMAE trabalhando e eles

lá dizendo que eram eles. Isso é patético, gente! Isso é uma vergonha! E ainda botavam no Instagram, no Facebook deles: mais uma obra realizada. Nós temos que começar a separar isso; Executivo é uma coisa, emenda impositiva é outra e pedido de providência é outra. Pedido de providência o vereador faz, mas é o Executivo, através do servidor público de carreira, que está tomando arrocho salarial, que faz. A mesma coisa ocorre em outras áreas, como na assistência social. Hoje, tem poucos funcionários, não estamos conseguindo acolher as pessoas em situação de rua. Na segunda-feira, eu passei na frente – está aqui o Portuga, um abraço, Português, sempre na luta em defesa dos moradores em situação de rua – da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos estadual. Na segunda-feira de manhã, vereadores, estava um cidadão dormindo na marquise da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. A foto eu coloquei no meu Instagram. Isso é muito triste, gente; isso é desolador; isso é decepcionante. E o orçamento da assistência, mais uma vez, não condiz com a realidade de mais de 7 mil pessoas em situação de moradia de rua.

Então, quero falar por esses que, muitas vezes, a política quer transformar em invisíveis. Não dá, gente, não dá! Aqui está a fotografia. (Procede à apresentação de imagem.) Essa aqui é a fotografia. Na segunda-feira de manhã, ironia do destino, acabou o segundo turno no Brasil inteiro, no Rio Grande do Sul, e a gente viu o quê? A gente viu, mais uma vez, o descaso social. É por isso que falo aqui: precisamos de políticas públicas para os mais pobres. Não é porque você é vereador, é prefeito, tem como pagar uma academia, que um idoso que não tem condições não vai ter direito ao esporte. Não é porque você, cidadão, paga uma escola particular para seu filho que nós vamos ter mais de aceitar 12 mil pessoas fora da escola em Porto Alegre, porque não se constroem escolas novas. Lá no Urubatã, na Aberta dos Morros, tem uma escola toda escondida no meio do matagal, uma obra abandonada. Quatro anos de governo e não deu para fazer cinco escolas? Mas o que deu para fazer? Na educação, aconteceu corrupção, a secretária Sônia foi presa, duas assessoras e mais um megaempresário. Eu sei que é por isso que muitos membros do governo Melo têm ódio do Ver. Jonas, falam mal do Ver. Jonas, não gostam de mim, porque eu fui lá e denunciei, e membros do governo foram para a cadeia. E nós vamos continuar, quatro anos, fazendo esse enfrentamento. Porque eu quero que o dinheiro da educação vire salário para as monitoras e professoras, vire vagas novas de trabalhadores da educação, e vire também escolas novas. A gente tem que construir escolas novas, tem que lutar. Eu fui, gente, durante quatro anos em busca dos deputados federais, eu trouxe mais de R\$ 2 milhões para a saúde de Porto Alegre. Mas eu não posso aceitar que o cidadão ainda vá ao posto de saúde e não tenha acesso a uma bombinha da asma porque a licitação não foi feita. Tem que descentralizar, tem que melhorar isso. Foram reeleitos, está bem, é da democracia, mas vamos fazer, vamos corrigir. O que eu falo aqui no microfone não é para atacar, é para corrigir, porque nós temos que ajudar a cidade, fazer juntos uma cidade para todas e todos. Tanto é que eu nem falei o nome do cidadão, nem falo. Eu falo da Prefeitura, ente federado. Nós temos que nos juntar para a Prefeitura oferecer ao cidadão o que muitos prometeram. Porque não foi só candidatura de executivo que prometeu, meu Presidente, muito candidato a vereador, até vários que

não foram eleitos, prometeram. Então, agora é hora de botar a mão na massa e a gente fazer com que o orçamento público vire direito ao cidadão. Um abraço a toda a direção do Simpa, da ATEMPA e da Astec. Vamos lutar juntos pelo reconhecimento do servidor para recompor as perdas inflacionárias. Olha só, não é nem aumento.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Não tem terceiro turno? Vocês têm que arrumar um candidato para daqui a quatro anos.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não é nem aumento. Bosco, meu amigo, um beijo no teu coração. Pena não poder te ver aqui de novo no ano que vem, mas nós estamos juntos na luta pela educação pública. Um abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, membros desta Casa, público que nos assiste; o que discutimos aqui é importante para o futuro da cidade de Porto Alegre. Nós estamos falando aqui de um orçamento que tem que prever as políticas públicas, a ampliação de abertura de postos de saúde até às 22h. Dentro desse orçamento tem que prever a criação do Certa Mais, juntamente com Certa Mais da Zona Sul, políticas de inclusão, políticas para tratar não somente as crianças com autismo, mas com síndrome de Down, com doenças neurológicas. Dentro desse orçamento tem que ter a ampliação, conforme determina a lei, até o ano que vem, das escolas em tempo integral do Município de Porto Alegre.

Então, é um tema que esta Casa tem que se debruçar, porque, logo em seguida, vem o Prometa. O Prometa traz compromissos que serão homologados aqui nesta Casa para os próximos 4 anos de governo, só que tem que ter dinheiro. E eu acho que cabe a nós nos debruçarmos dentro do orçamento em busca de recursos para atender essas necessidades da população. Nós temos urgentemente ter uma política pública para os idosos, ter um espaço de convivência diário para esses idosos. O Ver. João Bosco Vaz só conseguiu dar uma introdução aqui. Eu quero dizer que não estarei aqui no ano que vem, aqui dentro, mas estarei ali fora, e nós não podemos ter o terceiro turno. Acabou. A eleição acabou. Ou nós podemos iniciar o quarto turno, porque hoje está em toda a imprensa que o Presidente Lula quer, definitivamente, acabar com o seguro-desemprego, usando o recurso do FGTS e acabar com a multa que o trabalhador leva para casa. A multa de um trabalhador que trabalha no comércio, que trabalha no sistema de transporte, vigilância, que trabalha na construção civil, esse trabalhador, quando ele é demitido, recebe 40% do que foi depositado dos 8% do seu salário numa conta da Caixa Econômica Federal. E quando esse trabalhador vai para a rua, tem um montante desse dinheiro, tem uma multa que a empresa paga para ele de 40%. Então, o governo quer se apropriar disso, diminuir duas parcelas do seguro-desemprego e usar esse dinheiro da multa dos trabalhadores para pagar o seu seguro-desemprego, portanto, quem vai pagar o seguro-desemprego é o

próprio trabalhador. É que nem a enchente, quem pagou a reconstrução das empresas em Porto Alegre foram os próprios trabalhadores e donos de empresa, porque o governo não botou a mão no bolso. O governo antecipou férias, antecipou recurso do fundo de garantia, deu empréstimo para as pessoas. E pasmem, o maior crime que aconteceu nesta Nação, aconteceu no governo Collor, quando foi lá e se apropriou da poupança das pessoas, foi lá e se apropriou do dinheiro que as pessoas recebiam e botavam numa poupança. E essa é a ideia de fundo do governo também, com outro nome, é se apropriar do dinheiro das pessoas, das economias das pessoas. Essa é a ideia que está sendo discutida pelo ministro da Fazenda, pela ministra do Planejamento, que foi apresentada para o Presidente da República. Falo isso para dizer o quê? Tem que ter dinheiro. O governo federal está indo atrás de dinheiro, só que a ideia sempre é tirar dinheiro do povo, a ideia não é taxar as grandes fortunas, a ideia não é cobrar a dívida de quem deve, e tem muito credor devendo, tem muita apropriação indébita de empresas que eram para recolher esses fundos de garantia e não recolhem, que eram para recolher a previdência e não recolhem. Então, é um período de dificuldades, que a União, Estado e Município irão passar, só que a população precisa de políticas públicas. Volto afirmar isso. E essa eleição pautou isso no Brasil inteiro, não foi uma ilha aqui em Porto Alegre, não foi uma ilha em Pelotas, não foi uma ilha em Canoas, Santa Maria, Caxias, São Paulo, não foram ilhas, é uma realidade que vem do Oiapoque ao Chuí, a necessidade de políticas públicas. Cada vez mais o salário das pessoas está sendo achatado, cada vez mais as pessoas abrem mão dos seus planos de saúde e precisam usar o plano público, que é o maior plano de saúde do mundo, que é o nosso Sistema Único de Saúde, e ele precisa de aportes. Precisa ser corrigida a tabela do SUS, não tem mais como ser atrativo para um médico, para um enfermeiro, trabalhar no Sistema Único de Saúde, onde a tabela está congelada. Tem que aumentar essa tabela, tem que corrigir essa tabela, tem que trazer mais recursos para ampliar a assistência básica à saúde na prevenção. Tem que ter recursos para fazer uma política nacional de inclusão, para incluir, eu não falo nem das crianças, incluir o adolescente, o adulto autista, com síndrome de Down, no mercado de trabalho, dar oportunidade para essas pessoas no mercado de trabalho. Então, nós teremos períodos bem difíceis, mas há possibilidade não onerando o cidadão lá na ponta, não tirando recurso do servidor público, mas procurando, dentro do próprio orçamento, dentro dos credores do Município, do Estado e da União, as pessoas que devem tributos, que devem taxas, que devem impostos, procurar resgatar esse dinheiro e botá-lo dentro dos cofres públicos. Então, teremos grandes desafios; agora, é necessário, volto a afirmar isso, ampliar as políticas públicas da nossa cidade, ampliar as políticas públicas na saúde, abrindo mais unidades básicas de saúde em Porto Alegre até as 22h; é necessário ampliar os leitos hospitalares, assim como é necessário ampliar a prevenção; é necessário ter espaço de acolhimento aos autistas, aos portadores da síndrome de Down, aos microcefálicos, há necessidade disso; as APAEs não compor mais; então, temos várias políticas públicas necessárias – isso vai se discutir dentro do orçamento, isso será apresentado aqui nesta Casa, no Prometa. Então, estaremos atentos para ver realmente o que vai se desenhar nessa Porto Alegre de quatro anos, tendo a certeza e a clareza que as eleições terminaram. Não teremos terceiro turno, não teremos

de debate da eleição, temos que ter o debate, olhando para frente, para Cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadoras, vereadores, público que está conosco hoje aqui nas nossas galerias, meus cumprimentos ao pessoal que nos assiste em casa, a partir da nossa rede de comunicação. Eu me inscrevi para falar dos nossos profissionais – na segunda feira nesta casa, inclusive, não teve expediente, não funcionou porque nós estávamos comemorando o Dia do Servidor Público. Hoje é dia da categoria comerciária, colega, Ver. Claudio Janta, nós que temos uma relação, com esta categoria, de muito tempo, hoje é dia dos comerciários – sua origem, e eu lhe cumprimento. E é dia também das merendeiras. Aí, eu fico pensando no nosso cotidiano, saudade do nosso tempo escolar, da hora da merenda na escola. Até hoje, é um momento de prazer; momento em que tu te encontras com os teus colegas; é um momento prazeroso para a criançada. E aí, pensando nesses profissionais e, ao mesmo tempo, pensando para além do que essas datas significam – sim, certamente, é uma conquista terem o seu dia –, ao saudá-los, eu queria ir além da comemoração e falar de cumprimentar, de saudar, falar de uma cidade que tem a característica de uma cidade de serviços. E quem é mesmo que presta esses serviços para que esta cidade seja a cidade que é? São exatamente profissionais como vocês. Quem faz o serviço público, se não os servidores? Quem executa lá na ponta, de verdade? Portanto, nós precisamos valorizar esses profissionais, vir aqui cumprimentar, vir aqui comemorar, vírgula, porque não basta um ponto aqui. É preciso valorizar, valorizar os profissionais que engrandecem esta cidade, que valorizam esta cidade e que prestam um serviço de grande relevância. Precisam ser valorizados. E a valorização começa por um salário justo, começa pelos reajustes, que são significativos no dia a dia, no poder aquisitivo de cada pessoa que desempenha essas funções. Portanto, nós queremos melhores salários e melhores condições de trabalho. É esse o sinal da valorização de um serviço público prestado pelos servidores públicos. É isso o que eu quero deixar para vocês quando a gente fala em valorização. É a conquista de ter um dia, não é para ser feriado aqui nesta Casa ou no serviço público, lá na Prefeitura, enfim, para além do feriado nós queremos esta valorização. Parabéns a cada servidor, a cada servidora; parabéns aos comerciários, Claudio Janta, nossos amigos, o Neco, o Guiomar, que representam tão bem a categoria comerciária, que a gente possa estender esse cumprimento a eles também. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Mauro, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, equipes, assistência, pagadores de impostos que nos assistem pela TVCâmara, subo a esta tribuna, para primeiro celebrar o resultado das eleições, quando mais uma vez a esquerda sai derrotada, por um projeto de centro-direita, que é o melhor para a cidade. Evidentemente não é um projeto perfeito, como nada aqui neste plano é perfeito. Mas sem dúvida nenhuma é o melhor para reconstrução da cidade, é o melhor para a máquina pública e, principalmente, o projeto do agora reeleito prefeito Melo é o que vai garantir que a cidade possa continuar se reconstruindo sem sobressaltos. E claro, vai contar com a fiscalização do partido NOVO. A nossa bancada aqui por um triz não aumentou 50%, repito, tivemos uma votação espantosa muito boa e por pouco a gente não dobra a nossa bancada. Então celebrar e agradecer ao Felipe Camozzato, deputado Felipe Camozzato, que já foi vereador nesta Casa, por ter assumido, aceitado o convite de todos os filiados do partido NOVO de Porto Alegre e ter concorrido a prefeito, apresentando os melhores projetos, as melhores ideias, e muitas delas, aliás, incorporadas no segundo turno pelo candidato vencedor, o que repito e reitero, nos leva a entender que vai ser e é o melhor projeto, as melhores ideias para a cidade de Porto Alegre. Isto posto, eu gostaria de pedir a atenção das senhoras e dos senhores vereadores – Ver. Gilson, que me honra com a sua atenção –, porque a bancada do partido Novo protocolou um projeto de lei complementar que estabelece alíquotas diferenciadas no ISSQN, o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, para contribuintes, para empresas afetadas pelas cheias. Essa diferenciação valerá para 2025 e para 2026. O nosso partido atuou fortemente para que houvesse essa isenção do IPTU, para quem pagou a vista em 2024, para que possa ter o desconto em 2025. Essa nossa proposta concede redução de 20% e 40% no ISSQN em relação aos valores fixados em tabela aos profissionais cuja tributação seja calculada em função da Unidade Financeira Municipal, a UFM.

Então essa é mais uma iniciativa do partido Novo que quer congrega e contar com as vossas participações. O nosso intuito inclusive é que seja aprovado por unanimidade, para que se dê um frescor especialmente aos pequenos empreendedores que, além do imóvel – Ver. José Freitas, que me dá a sua atenção neste momento –, que, além de ter o seu imóvel atingido, tiveram tudo que estava dentro do imóvel atingido. Pensem, por exemplo, num estúdio de pilates; pensem num consultório odontológico; enfim, várias áreas que, além desse frescor no IPTU, vão precisar também desse apoio por dois anos no ISSQN, no Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.

Então, peço que as bancadas apreciem com carinho, peço que as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores analisem com carinho. Vamos debater, vamos convergir. A ideia do partido Novo não é o protagonismo nesse projeto, mas que o pequeno empreendedor afetado e que precisa de um frescor seja o protagonista na reconstrução da cidade.

Por isso, que tenhamos esse bom debate, que a gente possa aprovar, quando estiver pronto para votação, este projeto, repito, que pode ser aprovado por unanimidade e que vai ajudar a cidade a se reconstruir. Pela atenção, muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente Mauro, colegas vereadores, vereadoras, quero aqui cumprimentar os vereadores reeleitos, parabéns pelo trabalho, parabéns pela tenacidade, parabéns pelos posicionamentos; também quero parabenizar aqui o prefeito Melo e a vice-prefeita Betina por demonstrarem um projeto que vai além da ideologia que nada prega, mas que faz entregas do que o Melo e a Betina farão a partir do ano que vem. Eu venho aqui falar em Pauta Especial sobre a LDO: “queremos valorização, queremos aumento dos salários dos servidores”. Mas nós vivemos no mundo ideal ou no mundo real? O mundo ideal é aquele em que nós podemos comprar, por exemplo, um tapete que custa R\$ 114 mil; o mundo ideal é aquele em que eu abro a minha bolsa e compro uma poltrona por R\$ 29 mil reais; o mundo ideal é onde as persianas da minha casa custaram R\$ 202 mil porque são maravilhosas; o mundo ideal é aquele em que eu troco o piso da minha casa por um vinílico mais macio, mais confortável, pelos módicos R\$ 156 mil; o mundo ideal é eu viajar para a Itália e poder pagar uma diária de R\$ 15 mil ou, quem sabe, viajar para a Índia e ter uma diária de R\$ 60 mil, Ver. Claudio Janta. Esse é o mundo ideal da Janja e do Lula, que dizem que são a favor dos trabalhadores. Esse é o mundo ideal que eu gostaria, por certo, e todos que estão aqui também gostariam de ter. O mundo ideal em que o dinheiro estivesse na conta para que a gente botasse a mão e fizesse o que a gente bem entendesse com ele. Mas o mundo real é aquele em que nós pagamos impostos; o mundo real é aquele em que o empresário paga tributos; o mundo real é aquele em que o trabalhador precisa, sim, da reposição salarial, desde que tenhamos orçamento para tal. Eu quero aqui reposicionar aqueles que estão nos assistindo que nós estamos aqui falando sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e o que é isso? Isso é aquilo que estabelece metas e prioridades para ações dos municípios durante todo o ano vindouro, além de orientar a aplicação dos recursos do orçamento. Orçamento é aquilo que nós temos no caixa, é aquilo que cada um tem em casa, é aquilo que cada um conquista, através do suor do seu trabalho – este é o orçamento. E a despesa é aquilo que nós gastamos. Eu tenho certeza que ninguém aqui, Ver.^a Cláudia, gasta além do que recebe, porque senão estaria devendo para o banco, entrando em financiamento, pegando com agiota – sei lá... –, pegando emprestado com o vizinho, porque nós gastamos aquilo que está dentro do nosso bolso. Se eu recebo R\$ 2 mil, eu não posso querer gastar R\$ 4 mil – aliás tem gente que gosta de dar pedalada e gasta –, porque senão eu entro na conta do vizinho. Isso tem acontecido no governo federal com uma irresponsabilidade enorme, porque está botando a mão no dinheiro dos pagadores de impostos, porque essas viagens que são feitas, milionárias, essas compras de imóveis, essas reformas, nada mais, nada menos, saem, são pagas pelo valor de todos os brasileiros que contribuem. E aqui eu dou parabéns para o prefeito Melo que, com muita responsabilidade, traz aqui uma LDO que fala sobre o que se tem de orçamento e o que se pode fazer de despesa. E dentre isso tudo, por óbvio que está sim a reposição salarial dos funcionários públicos, está a construção de novas creches, de escolas, de saneamento

básico. Aliás, o mundo ideal que eu quero é que não tenham crianças mais brincando no cocô, no esgoto a céu aberto que ainda nós temos aqui em Porto Alegre, e alguns ainda são contra a concessão de parte do DMAE. Por quê? “Deixa assim, na minha casa está tudo bem”. Aqui em Porto Alegre ainda tem gente que não toma água potável, Ver. Conceição, mas tudo bem, porque não está na minha casa. E essa é a responsabilidade daquele gestor que faz decisões que nem sempre agrada a alguns, mas vai agradar outros. Aliás, nem Jesus agradou todo mundo! Mas nós temos que ter, aqui nessa Casa, uma responsabilidade, e a responsabilidade passa inclusive por entendermos o que é orçamento, o que está previsto para o orçamento do ano que vem, e aonde nós teremos que aplicar este orçamento. O cobertor é curto, tapa a cabeça e destapa os pés, e vice-versa. Mas vejo alguns colegas subirem nessa tribuna, exatamente aqueles que na pandemia foram a favor do fecha tudo, dizerem que o Melo deve 29,55% – e já decorei: 29,55% por cento – no aumento do salário dos funcionários. Mas foram esses exatamente que preferiram ficar dentro de casa, Presidente Gilson, não deixaram as empresas abrirem, não queriam criança na sala de aula. E o fecha tudo foi muito ruim, sabe por quê? Porque ali as empresas perderam o seu potencial econômico, as pessoas perderam seus empregos, muitas empresas que contribuíram para poder aumentar o salário de quem está pedindo, fecharam. Isso nós temos que falar, é básico! Eu não acredito que dentre os vereadores alguém aqui compre picanha todo dia porque tem dinheiro para comprar picanha todo dia. Quem não pode comprar picanha todo dia, compra um guisadinho de primeira, de segunda, uma carne de panela, é assim que funciona, essa é a teoria da matemática. Aliás, os nossos alunos estão péssimos em matemática, o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – demonstrou. Isso aí é orçamento, senhor.

(Aparte antirregimental do Ver. Aldacir Oliboni.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): O senhor quer agora vir aqui me fazer... Quer ser corregedor? O senhor pode usar o microfone de aparte, Ver. Oliboni. Estou acostumada com essas interrupções aqui da parte masculina da esquerda.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre colega Ver.^a Comandante Nádia, eu estava observando o seu discurso. A eleição já passou, o discurso do ódio já passou; vamos ficar na pauta, o assunto é a pauta. A isso que eu estava me referindo. Parece que tudo é a oposição; vamos focar na cidade.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Vereador, com todo carinho que eu tenho ao senhor, a LDO diz sobre Lei de Diretrizes Orçamentárias, estou fazendo o embasamento da minha justificativa do porquê nós temos que aceitar um orçamento que é diminuto com despesas que são maiores. O senhor fique prestando atenção aqui no meu desenrolar, porque o senhor vai entender por que eu estou fazendo. Aliás, gabinete de ódio, eu não tenho; eu conheci bastante o gabinete de ódio durante as eleições, de tantos ataques a minha pessoa, que eu recebi, e nunca tinha sido assim. Esta

eleição foi bem pesada, mas continuemos, não vamos cair aqui em provocações.

Quero dizer para os senhores que reposição salarial é bom para todos, é justo por conta do trabalho que é exercido pelos funcionários municipais, mas também nós temos que ter um equilíbrio, nós temos que entender o que entra de dinheiro e o que tem que ser feito. Nós poderíamos aqui dizer que 30% deve se ser feito agora um aumento para os funcionários municipais que merecem. De onde nós vamos tirar esse dinheiro? Eu gostaria que os nobres colegas viessem aqui e apontassem de onde vai sair o dinheiro. Vamos tirar o dinheiro da saúde, para pagar os funcionários? Vamos tirar o dinheiro da educação? Vamos tirar o dinheiro do saneamento básico? De onde? Porque, no mundo de Nárnia, tudo pode; o papel tudo aceita. Agora, eu não aceito que venham aqui fazer retóricas infundadas, sem responsabilidade alguma e sem ter... me dizer... me convençam, me digam: De onde que vai sair esse aumento de salário e de qual pasta esse salário vai sair? Porque aí nós podemos começar a conversar. Agora, fazer retóricas que vamos aumentar os trabalhadores, os trabalhadores são coitados, isso e aquilo, já mostrou na urna que muitos desses que vêm aqui gritar por essa parte não se elegeram. Além disso, o mundo ideal é aquele em que o presidente... E isso vai impactar direto no salário dos funcionários municipais, seguro-desemprego, isso é LDO, isso é orçamento. Se esse estudo que o Lula e o seu ministro “Taxad” estão fazendo para mudar o FGTS e mudar uma conquista histórica dos trabalhadores, retirando a possibilidade do seguro-desemprego, isso é mundo real, a isso nós temos que estar bem atentos. E isso não tem nada que ver com gabinete de ódio e nada a ver com eleição, tem a ver com mundo real, isso está acontecendo. Tem os avestruzes, tem avestruz que mete a cabeça para baixo da terra e não quer ver o que está acontecendo, e isso nós não podemos deixar acontecer aqui na nossa cidade. Para encerrar, Presidente, o que eu vou falar para o vendedor de cachorro-quente? O que eu vou falar para a faxineira? O que eu vou falar para o pequeno empresário ao ter um aumento de 30% de salário nos funcionários públicos, e esses, por certo, vão ter diminuição cada vez mais no seu bolso. Então, falemos com realidade, com responsabilidade e mostrando aqui de onde sai o dinheiro, porque eu vou ensinar para todos aqui: dinheiro não é colhido na árvore, ele vem do trabalho, ele vem do suor, ele vem daqueles que realmente produzem, e produzir não é para qualquer um, tem uns que gostam de ficar mamando na teta. Muito obrigada.

(O Ver. Gilson Padeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Queria fazer uma saudação especial ao vereador Uilson Droppa, do Podemos de Cachoeirinha. Seja bem-vindo.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, só para registrar que hoje está de aniversário o Ver. Aldacir Oliboni. (Palmas.)

Vereador Jonas Reis (PT): Queria deixar os parabéns para o nosso colega Ver. Aldacir Oliboni, mais de dois mil anos lutando conosco.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Ver. Oliboni, parabéns, saúde. Encerrada a Pauta Especial, já que o Ver. Ramiro não se encontra agora. (Pausa.)

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente Gilson Padeiro, em exercício; vereadoras, vereadores; falo em liderança da minha bancada – vereadores Idenir Cecchim, Pablo Melo e Psicóloga Tanise. Eu vou dar umas pinceladas aqui no que está mais sendo discutido em nível de reforma tributária. A reforma tributária vem substituir os cinco tributos – ICM, ISS, IPI, PIS e Cofins – por três impostos, gradualmente, se tudo for aprovado: IBS, CBS e Imposto Seletivo. Mas o que mais me chamou atenção, além de tantos debates, inclusive, pela nossa *Frente Parlamentar Porto Alegre por um Novo Pacto Federativo*, há bastante tempo vimos ouvindo debates sobre a reforma que se encaminha para uma aprovação, o que me chamou atenção é que o imposto que vai se chamar IVA, se tudo acontecer, será o mais alto do mundo, com 27,5%. Estava em 26%. A Hungria, que tinha o imposto mais alto, de 27%, vai ficar para trás. E também temos um país que devemos também salientar, que é o Canadá, que tem o menor imposto tributário. Então essas mudanças estão passando talvez despercebidas, as pessoas que não são muito envolvidas com essa área podem não perceber o que vem por aí. Quem não quer deixar alguma coisa para os seus herdeiros? Eu acho que quem pode quer deixar, mas agora, quanto às heranças, poderão elevar o imposto do bem de modo bem mais significativo, chegando a quase 25%, assim como a venda de imóveis. Então, essas novas regras de tributação, por meio da declaração do bem recebido, vão diminuir, certamente, para aqueles que forem receber ou vender também, que terão os seus recursos reduzidos. Isso tudo é, como se diz, pelas beiradas, onde vai atingir? Vai atingir aqueles que têm alguma posse, que muitas vezes são pessoas que dão retorno através de empresas, dão retorno com empregos. E essa é a reforma tão falada que nós temos visto nesses debates, muitas críticas, mas os que irão definir são a Câmara Federal, o Senado e o próprio Executivo. Então, eu quis salientar isso para não passar também tão despercebido.

E também as novidades que nos surpreendem, que foi o alto índice de abstenção nas eleições, nessas últimas eleições, que eu acredito que o que está acontecendo no País, determinadas ações vão decepcionando os eleitores, desacreditando que na política se pode trazer bons resultados, boas decisões. E, para a nossa surpresa, ontem eu assisti a mais um descondenado dando entrevista, contando toda uma trajetória, que foi anulada a sua condenação, resultante lá da Lava Jato, mais um. Então, o que nós podemos esperar? A violência aumentando, a situação econômica, o desemprego, por tudo que aconteceu: covid, enchentes, incêndios, tudo isso repercutindo e que certamente teremos resultados preocupantes a partir de 2025.

Também quero falar rapidamente, já que o meu tempo não é para falar sobre a LOA, que nós estamos com a proposta do maior orçamento do Brasil para os animais,

enviado pelo Executivo: R\$ 8,5 milhões. (Pausa.) Faltou água, Presidente, faltou água. (Falha na voz.)

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Por favor, uma água aqui para a vereadora, por gentileza, na tribuna.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Então, como eu vinha dizendo, o nosso orçamento para animais é o maior do País, e eu espero que as pessoas envolvidas na causa reconheçam essa atuação do governo municipal. Com esse orçamento, poderemos resolver muitas questões que ainda não foram resolvidas. Muito obrigada.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR
(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0570/24 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 005/24, de autoria dos Vers. Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Claudio Janta, João Bosco Vaz, Idenir Cecchim, Cassiá Carpes, Everton Gimenis, Pedro Ruas, Roberto Robaina, Prof. Alex Fraga e Alvoni Medina e da Ver^a Karen Santos, que inclui art. 128-A na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre (LOMPA), dispondo que a função de regular a atividade econômica, disposta no inc. VII do art. 128 da LOMPA, refere-se à fiscalização de atividades urbanas de competência privativa dos Agentes de Fiscalização exercida por meio do poder de polícia administrativa. **(SEI 022.00224/2024-85)**

PROC. Nº 0506/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 031/24, de autoria dos Vers. Tiago Albrecht e Ramiro Rosário, que inclui art. 21-D na Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, estabelecendo alíquotas diferenciadas de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para os anos de 2025 e 2026 aos contribuintes afetados nas enchentes de 2024, e concede redução de 20% (vinte por cento) a 40% (quarenta por cento) do ISSQN em relação aos valores fixados em tabela aos profissionais cuja tributação seja calculada em função da Unidade Financeira Municipal (UFM). **(SEI 298.00025/2024-73)**

PROC. Nº 0668/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 342/24, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que declara como patrimônio cultural imaterial do Município de Porto Alegre as Feiras Livres de hortifrutigranjeiros, carnes, derivados de leite, frios, embutidos, entre outras produções locais. **(SEI 161.00099/2024-55)**

PROC. Nº 0676/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 348/24, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que declara de utilidade pública a Associação Resgate para o Pai – Associação Beneficente Animal Farm. (SEI 037.00284/2024-93)

PROC. Nº 0687/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 353/24, de autoria do Ver. Conselheiro Marcelo, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Aldronei Pacheco Rodrigues. (SEI 226.00189/2023-81)

PROC. Nº 0684/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 075/24, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que concede o Diploma Honra ao Mérito à ONG Unidos e Solidários. (SEI 020.00112/2024-26)

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Encerrado o período de Pauta.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu não pude deixar de ouvir as acusações, os absurdos, que a Ver.^a Comandante Nádia fez aqui ao Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras. Vereadora, vamos respeitar o Presidente Lula, V. Exa. não representa a totalidade da sociedade, V. Exa. é vereadora de Porto Alegre. Candidate-se à deputada federal e vá a Brasília. Ganhe primeiro, ganhe; não fuja da eleição como quando se candidatou à senadora e fugiu. Na hora da urna, a senhora não estava lá; a senhora, ó, saiu. Mas não, tem que ir até o fim. Aí vai a Brasília, vai reclamar de Brasília, porque aqui é Porto Alegre. Aqui nós vamos discutir os impostos da nossa cidade e eu quero dizer que a gente precisa apoiar, ajudar todos os trabalhadores e trabalhadoras daqui, inclusive o setor de serviços, de comércio. Quem foi atingido pela enchente precisa ser abraçado, precisa, sim, ter uma revisão no ISSQN para todos que foram atingidos por culpa da Prefeitura, que não fez as obras de manutenção nas casas de bombas, no Muro da Mauá; aliás, até hoje está estourado o muro. Então, a gente precisa abraçar quem produz, quem faz acontecer. Eu estou falando, gente, de coisas simples: são lancherias, são pequenos comércios, pequenas mecânicas, em todo 4º Distrito, como nos bairros São Geraldo, Vila Farrapos, Humaitá; também nas Ilhas; falo de quem mora no bairro Sarandi, Vila Elisabeth, Asa Branca. Eu falo aqui lá da Vila dos Sargentos, no bairro Serraria, da orla do Belém Novo; eu falo da Orla do Lami; falo da Ponta Grossa, que foi alagada. E também é importante lembrar que, durante a enchente, até a Cavalhada alagou, assim como a Madepinho, Jardim das Palmeiras, por causa do Arroio Cedro e Arroio Cavalhada, ali onde faz a curva de 90º, onde alagam várias ruas. Teve um comércio que foi totalmente destruído, foi levado pela enxurrada, as pessoas perderam portões. Então, a gente precisa olhar. O governo não quis dar dois anos de isenção de ITPU. Eu espero que a Prefeitura de Porto Alegre traga para cá um projeto

assim. Nós precisamos dar isenção de IPTU, dos próximos dois anos, para todos que foram atingidos pelos alagamentos, porque foi negligência governamental da Prefeitura, e a Prefeitura tem que ajudar um pouco as pessoas. Estava falando com uma moradora aqui do térreo, da Av. Praia de Belas, ela perdeu tudo, gente, ela está gastando mais de R\$ 40 mil para refazer o piso, os rodapés, as portas da casa dela, a pintura, sem contar os móveis que ela perdeu. Não estou nem contabilizando isso. Então, está caro fazer reforma. Não pode a Prefeitura não ter feito seu dever de casa, no saneamento, e agora o cidadão, os comerciantes, todos eles pagarem. Por isso que nós precisamos respeitar a população, olhar por ela. E olhar por ela não é só pedir votos em época de eleição; é agora abraçar de verdade, apresentando projetos em Brasília, pegando dinheiro. Eu quero lembrar que o Valdeci Oliveira foi prefeito de Santa Maria e criou uma secretaria especial que fazia só captação de recursos da União. Ele aumentou em 25% seu orçamento só com projetos. A gente precisa ter uma secretaria que faça projetos de captação de recursos, inclusive de consulados, que faça debates, que traga dinheiro para Porto Alegre. Se dizem que os R\$ 11 bilhões são pouco, tem que ir atrás de dinheiro, tem que buscar recursos. Eu vejo várias instituições buscando recursos, está presente aqui a PUCRS, um abraço ao representante da PUC, que está aqui buscando recursos para a sua instituição, para garantir mais saúde de qualidade à população. É isso que precisa ser feito. Não adianta ter mais de mil CCs na Prefeitura que não fazem captação de recursos, somente gastam os recursos tomando cafezinho, água gelada e gastando ar-condicionado. Não dá mais para aceitar! Nós precisamos de escolas novas, postos de saúde e, fundamentalmente, que o dinheiro dos impostos seja para quem mais precisa. Essa é a nossa luta.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente Gilson Padeiro, colegas vereadores; hoje é um dia muito especial, porque, como já falou a Ver.^a Biga Pereira, é o Dia do Comerciante, das pessoas que entregam sonhos. Entregamos o sonho de uma geladeira, de um fogão, de um carro, de mobiliar uma casa, de comprar roupas, o sonho para uma criança que vem chegando, um berço. Entregamos os sonhos, nós facilitamos a aquisição de bens, desde um sapato, uma meia, até um produto mais caro, como um carro.

Hoje é o dia dessa categoria que vem avançando. Foi uma categoria que, mesmo durante a covid, manteve os empregos em Porto Alegre; em torno de 100 mil trabalhadores atuam no comércio de Porto Alegre e mantiveram esses empregos. Mesmo com a enchente, conseguiram manter os empregos nas regiões alagadas. É uma categoria que está em convenção, que busca garantir e ampliar seus direitos.

Hoje é um dia especial, porque tomou posse a nova direção do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre, no dia de hoje, dia 30 de outubro, tomou posse a direção do sindicato, que tem o Neco como presidente do sindicato e o Américo como tesoureiro. Nós temos uma diretoria composta por todas as áreas, por todos os setores do

comércio de Porto Alegre. Então, é um sindicato que vem avançando na luta dos trabalhadores, o sindicato que foi o primeiro a fazer a convenção no período de covid, garantindo o emprego dos comerciários, garantindo o pagamento do salário dos comerciários. Foi o sindicato que serviu de exemplo para o governo federal fazer o grande acordo nacional, que nasceu aqui em Porto Alegre, entre o Sindec e o Sindilojas, e virou uma referência para o Brasil inteiro. Foi o sindicato que, agora nas enchentes, fez um grande acordo com todos os setores do comércio – o Sindilojas, o sindfarmácia, o atacadista, o gênero alimentício...–, foram todas as categorias garantindo o emprego das regiões atingidas pela enchente. O que não aconteceu foi o governo federal copiar esse acordo e permitir a garantia dos postos de trabalho. Nós não estamos aqui querendo discutir o sexo dos anjos, mas estamos discutindo a realidade, o que se traz aqui são fatos reais do que aconteceu no período da enchente e no período do covid. O Sindec – Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre – esteve sempre à frente, como tem estado fazendo acordos históricos, permitindo que agora, no mês de novembro, por exemplo, o comércio trabalhe os três feriados, um acordo entre os sindicatos. Hoje, particularmente para mim, além de ser comerciário, ser dirigente do sindicato, presidente da federação dos comerciários no Rio Grande do Sul, é um dia muito especial porque hoje também é aniversário do meu filho, Cássio. O Cássio nasceu no dia do comércio, eu estava numa greve quando o meu filho nasceu e eu fui correndo lá para o hospital da PUC. Hoje, o Cássio, meu filho, está de aniversário. Mas, nós temos que dizer algumas coisas aqui neste dia festivo dos comerciários e do meu filho, neste dia festivo de posse no Sindec. O Ver. Jonas diz que não vai ter o terceiro turno, mas ele bota a bola no centro para o terceiro turno, ele diz que o prefeito tem que dar recurso para as empresas que estão esperando, até agora, o recurso do governo federal. Até agora! Aí o Ver. Jonas fala das enchentes, mas não fala aqui que o prefeito Melo se reelegeu e fez uma votação superior à da adversária no Sarandi. Não fala que o prefeito Melo ganhou as eleições em todos os bairros de Porto Alegre, principalmente no Humaitá e no Sarandi, Ver. Pablo, porque a população entendeu que não ficou no discurso, foi fazer, dentro das suas possibilidades foi fazer e tem feito. Nós continuamos, assim como outras cidades, e eu vou pegar um exemplo de um ano e quatro meses, que é Caraá, que até hoje está esperando recurso para construção das casas, como nós estamos esperando recurso para construção das empresas, como nós estamos esperando o recurso. E eu vou dar um exemplo clássico aqui para a população de Porto Alegre – que foi uma parceria do governo e dos empreendedores, e até hoje não entrou recurso público da União –, que foi o Mercado Público. O Mercado Público foi o primeiro aparelho comercial do Centro de Porto Alegre na enchente a funcionar, porque se debruçaram o governo, os empreendedores, a sociedade civil, e o Mercado Público abriu as suas portas e está funcionando normalmente. Aí nós temos o Trensurb, que até agora não chegou no Centro de Porto Alegre, que é a parte da União. Nós temos até agora os pedidos dos empreendedores de Porto Alegre de empréstimo da União que não chegam. Uma burocracia sem tamanho para ajudar quem gera emprego, quem gera renda em Porto Alegre e, principalmente, a população. Se o governo estava tratando com seriedade, eu volto afirmar isso que já falei

nesta tribuna outras vezes, o governo não precisava se gabar e dizer que deu cinco mil e poucos reais, que sumiram no meio dos dedos. O governo tinha que ter feito um acordo nacional de compra no varejo e ter entregado geladeira, fogão, televisão, máquina de lavar roupa, cama, colchão para as pessoas. Era isso que devia ter feito. Era isso. A pessoa morando no abrigo, a pessoa com necessidades básicas, e o governo diz: “Eu dei R\$ 5 mil”, e resolveu; antecipou parcela do seguro-desemprego, antecipou o fundo de garantia, antecipou o dinheiro das pessoas. De concreto, nós não vimos nada da União entrar até agora para ajudar a cidade de Porto Alegre a se reerguer. Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns a todos os comerciários!

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente Gilson Padeiro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, aqueles que nos acompanham nas redes sociais, pela televisão, a TVCâmara, em nome da bancada do MDB – Ver. Idenir Cecchim, Ver.^a Lourdes, Ver.^a Tanise, Ver. Schirmer –, nós gostaríamos de agradecer Porto Alegre pelos 406 mil votos concedidos para a reeleição do prefeito Sebastião Melo. Foram debates tensos, com muito respeito, é verdade, por parte tanto do prefeito Melo quanto da deputada Maria do Rosário. A reta final foi tensa, Presidente Gilson, porque eram visões de cidade diferentes, e a cidade de Porto Alegre soube reconhecer quem sempre esteve à frente na reconstrução da cidade depois da enchente, quem nunca se escondeu, quem reabriu responsabilmente a cidade após a pior pandemia de todos os tempos, reabriu responsabilmente a cidade, porque tinha a tragédia das mortes, mas também tinha a tragédia da pobreza e da fome, e o prefeito Melo foi um dos prefeitos de capitais que mais vacinou no País. Porto Alegre soube compreender quem dialogou com todos setores da sociedade, com as entidades sociais, com os empreendedores, com os comerciantes. Eu estive no Lar Santa Rita de Cássia, Ver. Cecchim, e lá eu vi uma placa sua, que apoia aquela entidade social, e que eu também apoiei, sem conversar contigo, e vi uma placa da Nádia, da Barth, enfim, os vereadores da base do governo Melo têm relação com as entidades sociais da cidade, têm relação com os empreendedores, com aqueles que trabalham.

Quero também parabenizar os comerciantes da cidade pelo seu dia, que é um dia muito importante. Ontem, eu estive na Vivar, uma das maiores lojas que vende colchões na cidade, foi sua reinauguração. O empreendedor Bruno Dias, mesmo após a tragédia da enchente, resolveu reinvestir em Porto Alegre e reabriu a sua linda loja, no coração do bairro Navegantes, na Av. Sertório com a Av. Ceará, onde eu estive com ele e seus amigos.

Portanto, esta minha fala aqui hoje é de agradecimento à população de Porto Alegre, que reconheceu este governo que investe no empreendedorismo, no desenvolvimento econômico, sem esquecer da proteção social; é a revitalização das praças, dos parques da cidade; é o governo que mais colocou asfalto na história desta

cidade. Com certeza, num segundo governo, o prefeito Melo mais experiente, com uma base mais sólida aqui na Câmara de Vereadores, tem tudo para fazer um grande governo, ainda melhor do que o primeiro, que teve problema, sim; aliás, o prefeito Melo não jogou para baixo do tapete os problemas que teve na sua primeira gestão. Portanto, agora mais experiente, com uma base mais sólida aqui na Câmara, com certeza fará um mandato ainda melhor para a cidade e para os porto-alegrenses; portanto, muito obrigado, Porto Alegre. Estamos verdadeiramente juntos e vamos fazer um mandato ainda mais focado na melhoria da vida, da cidade e das pessoas, estamos juntos, um grande abraço e boa tarde a todos.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): (15h42min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereadora Mônica Leal (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 440/22, por duas sessões.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0679/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 032/24, que altera o art. 1º da Lei nº 13.306, de 21 de novembro de 2022, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). **(SEI 118.00630/2024-33)**

Parecer Conjunto:

- da CCJ e CEFOR. Relator-Geral Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 30-10-24.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Em discussão o [PLE nº 032/24](#). (Pausa.) A Ver.^a Claudia Araújo está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, só para esclarecer: já foi aprovada aqui por nós a operação de crédito, é só para alterar o nome, o que foi solicitado pelo banco; e nós conversamos, tem acordo da oposição para votarmos de forma simbólica.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Em votação o PLE nº 032/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCE nº 004/24. É só para a eliminação de documentos, de papéis físicos, para trabalhar mais o virtual que é uma coisa que se trabalha dentro da sustentabilidade.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0283/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 004/24, que inclui o Capítulo V – Do Domicílio Tributário Eletrônico – no Título VI da Lei Complementar nº 7, de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, instituindo o Domicílio Tributário Eletrônico no Município de Porto Alegre. **(SEI 118.00409/2024-85)**

Pareceres:

- da CCJ. Relatora Ver.^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Mensagem Retificativa nº 01;
- da CEFOR. Relator Ver. Tiago Albrecht: pela aprovação do Projeto e da Mensagem Retificativa nº 01;
- da CUTHAB. Relator Ver. Jessé Sangalli: pela aprovação do Projeto e da Mensagem Retificativa nº 01.

Observações:

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 11-09-24.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Em discussão o [PLCE nº 004/24](#). (Pausa.)

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Sr. Presidente, solicito a suspensão da sessão, porque o partido Novo gostaria de incluir uma emenda, no projeto que tem acordo.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Eu explico, obrigado, vice-líder do governo. A gente tem uma emenda já pactuada com a Fazenda que é apenas uma questão formal para que os pequenos empreendedores não tão organizados também consigam fazer o cadastro com um pouco mais de tempo, de prazo e de boa vontade da máquina pública. A gente tem a emenda quase pronta. Seria a questão de uns quatro minutos, seria possível suspender, Sr. Presidente?

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Perfeito, Ver. Tiago Albrecht. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h46min.)

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): (15h47min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, eu queria comunicar à Casa, a pedido de vereadores, para que o secretário Germano Bremm compareça aqui na Casa; conversei com ele, e eu gostaria de reservar segunda-feira para ele comparecer aqui como convidado. Feito o registro?

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Perfeitamente. Registrado. (Pausa.) Queria fazer uma saudação especial a dois colegas do PSDB que estão na plateia, o vereador Aldo Borges e o vereador Matheus Xavier, sejam bem-vindos a esta Casa, a Casa do povo. Um abraço. (Pausa.)

Queremos saudar a presença da Ver.^a Natasha, do PT. Seja bem-vinda. O ano de 2025 te espera.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria dos vereadores Tiago Albrecht e Ramiro Rosário, ao PLCE nº 004/24.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCE nº 004/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Continua em discussão o PLCE nº 004/24. (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sobre a emenda, apenas para dizer que foi pactuada junto com a Fazenda Municipal, com a liderança do governo, é apenas para ajustar e contemplar esses micros e pequenos empreendedores que às vezes não têm um contador ou não têm uma banca contábil para esses cadastros. Então é uma emenda que peço unanimidade do plenário. Obrigado.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Encerrada a discussão.

Em votação a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 004/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 01 ao PLCE nº 004/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLCE nº 004/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0115/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 056/23, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui § 3º no art. 2º da Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009 – que institui o Portal Transparência Porto Alegre –, e alterações posteriores, estabelecendo especificações para a divulgação de dados relativos à execução orçamentária e financeira de recursos objeto de emendas parlamentares. **(SEI 034.00431/2022-66)**

Pareceres:

- da CCJ. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da CEFOR. Relator Ver. Aírto Ferronato: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da CUTHAB. Relatora Ver^a Karen Santos: pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 01;
- da CEDECONDH. Relator Ver. Pedro Ruas: pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Tiago Albrecht;
- com Emendas nos 02 e 03, dos Vers. Alvoní Medina (Líder da Bancada do Republicanos) e José Freitas e da Ver^a Mari Pimentel;
- com Subemenda nº 01 à Emenda nº 03, da Ver^a Cláudia Araújo (Líder da Bancada do PSD);
- incluído na Ordem do Dia em 09-08-23.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Em discussão o [PLL nº 056/23](#). (Pausa.)

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Presidente da sessão, Gilson Padeiro, após nós debatermos com o Republicanos, eu solicito a retirada da Emenda de nº 01, de minha autoria, pois me sinto contemplado com as explicações e o debate que tivemos aqui acerca do projeto. Obrigado.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Alvoní Medina (REPUBLICANOS) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito retirada das Emendas nº 02 e nº 03 ao PLL nº 056/24.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registramos que, em razão da retirada da Emenda nº 03, está prejudicada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Em discussão o PLL nº 056/23. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a matéria, como autor.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Boa tarde, Sr. Presidente em exercício, Ver. Gilson Padeiro; colegas vereadores e público que nos assiste; chegam aos nossos gabinetes – e não é só no nosso gabinete – as pessoas perguntando, dirigentes de associações, de creches querendo saber em relação às emendas, as tais emendas, as famosas emendas. Então por isso que nós protocolamos este projeto, porque nós queremos, na verdade, mais transparência nas emendas. Mais transparência! Então tanto da parte do governo, deixar transparente no portal as emendas que nós encaminhamos, como principalmente para a gente dar um retorno para a população, retorno para aquelas entidades para as quais a gente encaminha as emendas. Então é um projeto bem simples, é apenas transparência, que na parte do governo se traga mais transparência nas emendas que nós direcionamos não só para creches, para escolas,

para a saúde. Nós queremos essa transparência, e eu peço o voto dos colegas aqui para nós aprovarmos. Um abraço.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Em votação o PLL nº 056/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O PLL nº 440/22, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, foi adiado por duas sessões. E o PLCE nº 004/24, do governo, foi aprovado. Passamos ao PLL nº 380/21.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0892/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 380/21, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, que inclui art. 3º-A na Lei nº 10.260, de 28 de setembro de 2007, que rege o estacionamento temporário de veículos, mediante pagamento, em vias e logradouros públicos de uso comum, e alterações posteriores, assegurando a reserva de espaço em estacionamentos temporários remunerados para estacionamento de motocicletas. **(SEI 161.00006/2020-69)**

Pareceres:

- da CCJ. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CEFOR. Relatora Ver.^a Mari Pimentel: pela rejeição do Projeto;
- da CUTHAB. Relator Ver. Pablo Melo: pela aprovação do Projeto;
- da CEDECONDH. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Jessé Sangalli (Líder da Bancada do Cidadania);
- com Emenda nº 02, dos Vers. Alvoní Medina (Líder da Bancada do Republicanos) e José Freitas;
- incluído na Ordem do Dia em 28-06-23

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Em discussão o [PLL nº 380/21](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga, a Emenda nº 01 ao PLL nº 380/21. (Pausa.)

Vereador Jessé Sangalli (PL): Só para explicar para as pessoas que estão votando, aos vereadores, aos colegas, qual é o teor da minha emenda. Existem colegas da

imprensa que vêm aqui, que reclamam que existe um entendimento em nível nacional que motoristas com veículo de imprensa em serviço não pagam estacionamento rotativo. Só que aqui, a empresa de estacionamento rotativo de Porto Alegre cobra. Eu concordo que é certo cobrar pela ocupação do espaço, só que já existe a previsão superior e o pessoal de imprensa pediu isso. Se os senhores quiserem votar contra, não tem problema. Só que saibam que estão votando contra a gratuidade de estacionamento rotativo para veículos de imprensa.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Posso me manifestar, Presidente? Presidente Gilson, posso me manifestar também? Na verdade, eu só queria explicar o seguinte: o projeto foi escrito para as motos, porque, hoje, mais de 40% de todo o tráfego da cidade é de motos e não há local para estacionar. Eu acho válidas as propostas, tanto do Ver. Jessé, quanto do Ver. Alvoní, são legais, mas não dentro deste projeto, porque ele estabelece locais para as motos. Nós continuamos tendo o mesmo problema da questão de falta de vagas. Eu acho que tem que fazer um projeto específico onde tenha espaços reservados para os veículos de comunicação e também para as *vans* escolares, o que eu acho justíssimo, mas não dentro deste projeto, por isso que eu votei contrariamente. Obrigada.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): (Após a apuração nominal.)
APROVADA a Emenda por 10 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada por vereador, a Emenda nº 02 ao PLL nº 380/21. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quinze vereadores presentes. Não há quórum. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h19min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *